



APESP

em movimento

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | DEZ 2013 | NÚMERO 108

Atuação política: Assembleia Legislativa, Congresso Nacional e Conselho da PGE

página 3

Serviços e benefícios para os associados

página 8

Lazer, Cultura e Esportes

página 11

Diretoria da Apesp – biênio 2012/2013: balanço de gestão

A diretoria da Apesp (biênio 2012/2013) encerra a sua gestão no próximo dia 31/12 de forma muito profícua, com uma extensa atividade política em prol dos procuradores do Estado (Congresso Nacional, Alesp, Executivo, Conselho da PGE e no âmbito do Gabinete); ampliação dos serviços e convênios para os associados; luta pela revalorização remuneratória e estabelecimento de benefícios já disseminados em outras carreiras de Estado; reivindicação por melhorias estruturais na PGE e criação de uma carreira de apoio; intensa articulação com outras entidades associativas pela autonomia e fortalecimento da Advocacia Pública; dentre outras ações. “Quero cumprimentar e agradecer a todos os diretores desta gestão, que de forma atuante e combativa contribuíram muito com a Apesp,

com a Procuradoria e também com a sociedade do Estado de São Paulo”, registra a presidente Márcia Semer. A composição da gestão 2012/2013 é: Márcia M. Barreta Fernandes Semer, presidente; Tânia Henriqueta Lotto, vice-presidente; Shirley Sanchez Tomé, secretária-geral; José Carlos Cabral Granado, diretor financeiro; Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti, diretora social e cultural; Anna Candida Alves Pinto Serrano, diretora de previdência e convênios; Fábio Imbernom Nascimento, diretor de patrimônio e esportes; Rafael Camargo Trida, diretor de comunicação; Sebastião Vilela Staut Jr., diretor de assuntos legislativos e institucionais; Caio Cesar Guzzardi da Silva, diretor de prerrogativas. Nas páginas a seguir, publicaremos um balanço desta gestão.

Assembleia histórica rechaça projeto de LOPGE



Em abril de 2012, uma histórica Assembleia Extraordinária realizada no Espaço Apesp mobilizou 606 procuradores (entre presentes e representados), que por unanimidade rejeitaram o projeto de Lei Orgânica. Com participação de colegas procuradores de todo o interior, Brasília, das Unidades da capital e aposentados, a Assembleia reuniu também ex-presidentes da Apesp e ex-procuradores gerais. Os resultados foram os seguintes: 1) 100% contra o encaminhamento da proposta de nova Lei Orgânica da PGE, nos termos do texto apresentado pelo procurador geral do Estado (606 votos); 2) moção de repúdio ao anteprojeto proposto pelo procurador geral – 604 votos a favor; 2 votos contra; 3) considerado o atual momento político em que vivemos, as alterações legislativas de nossa carreira devem ser: – não é recomendável qualquer alteração na atual conjuntura – 93%; – por alterações pontuais na vigente Lei Orgânica – 6%; abstenção – 1%;

4) por aclamação, os procuradores presentes na Assembleia votaram ainda que são inegociáveis os dez pontos que seguem: – percebimento da VH; – paridade remuneratória entre ativos e aposentados; – mandato para corregedor e lista tríplice; – competência de demissão e cassação de aposentadoria só pelo governador; – prerrogativas dos procuradores, destacada a independência técnica, definição legal de atribuições e classificação fixa ou inamovibilidade; – garantias das competências constitucionais da PGE e da abrangência de suas atividades. Ex. vedação à contratação de advogados para atuar em juízo, dívida ativa exclusiva, defesa da fazenda no TCE exclusiva, propositura de ação civil pública etc.; – autonomia administrativa, funcional e financeira da PGE; – nível V como último nível remuneratório da carreira de procurador; – valorização da atividade fim exercida pelo procurador do Estado; – carreira de apoio de todos os níveis já.

Atuação no Conselho da PGE e perante o GPGE

– **Acumulação de vencimentos/proventos com pensão:** a Apesp representou à PGE buscando a revisão do entendimento adotado nos idos de 2003 pela Instituição sobre a possibilidade de acumulação de vencimentos/proventos com pensão, por entender que ele não prestigia a melhor interpretação da Constituição sobre o tema. Para tanto, juntou à representação entendimentos do TCU e do CNJ diversos do consagrado pela PGE SP. Infelizmente, a decisão do procurador geral do Estado Elival da Silva Ramos reafirmou o posicionamento restritivo precedente, não obstante a razoabilidade e juridicidade de interpretação conforme a adotada pela União e pelo braço administrativo do Poder Judiciário. Ademais, com o propósito de dar continuidade à mobilização em prol da possibilidade da acumulação de vencimentos/proventos com pensão pelos procuradores paulistas, e por consequência para todos os servidores estaduais, as entidades supracitadas receberam o parecer do jurista e professor Alexandre de Moraes favorável à tese do pagamento da pensão por morte como benefício autônomo. Ato contínuo, remeteram ao Governo esse importante documento com o fim de reforçar seu pleito e colaborar com a decisão que o governador Geraldo Alckmin tomará sobre a questão.

– **Carreira de apoio:** a Apesp atuou reiteradamente pela criação da carreira de apoio. Por meio das manifestações no Conselho da PGE e em suas publicações, a diretoria da entidade buscou sensibilizar o comando da Instituição da importância da implantação de um novo quadro de servidores. Ademais, o pleito foi levado para os membros do Legislativo e Executivo estaduais.

– **Revalorização da Verba Honorária:** a diretoria da Apesp propugnou repetidamente nas sessões do Conselho pela revalorização da verba honorária. Arguido, o comando da Instituição afirmou que a política do governo seria a de não conceder reajustes para o funcionalismo em 2012, exceção feita para as negociações mantidas em anos anteriores, que acarretaram parcelamentos das majorações.

Porém, o discurso não se coadunou com a prática, pois naquele ano várias leis complementares concederam aumentos para segmentos do funcionalismo paulista. Dessa forma, a Associação reforçou a indagação sobre a revalorização da VH: “Mas, por que não?”. O comunicado com tal título – encaminhado para a carreira via e-mail e publicado no “Apep em Movimento – edição nº 104” – indagou quais seriam os motivos para o reajuste da VH em 2012 ter ficado fora da pauta para o comando Institucional. Em 2013, a Apesp salientou em várias oportunidades que o reajuste 5%, concedido após o destravamento do teto dos ministros do Supremo, foi ínfimo e não superou nem as perdas inflacionárias do período.

– **Rateio de economia:** a Apesp defendeu a adoção de um rateio de economia. Em sessão do Conselho da PGE, a presidente Márcia Semer explicou o modelo a ser adotado: “Trata-se de benefício concebido com inspiração em vantagens existentes em outros Estados da Federação e que consiste na fixação de verba honorária sobre a economia alcançada pelos procuradores para os cofres públicos nas ações da Fazenda ré. O cálculo se daria a partir do valor economizado do início da execução até a inscrição dos precatórios. O benefício, ao contrário do Prêmio de Produtividade, é concebido a partir de atividade típica dos procuradores do Estado e, portanto, nos mantém dentro da especificidade dos benefícios próprios das carreiras jurídicas do Estado, funcionando mais ou menos como um valor anual indenizado, já que no modelo de outros Estados esse rateio se dá uma ou duas vezes por ano”.

– **Criação de diárias próprias para os procuradores paulistas:** na sessão do Conselho realizada em São José do Rio Preto (maio de 2013), a Apesp protocolou ofício pela edição de um decreto para criação de diárias próprias para os procuradores do Estado. Vale destacar que parecer da PGE (PA n. 36/2012) reconheceu a possibilidade jurídica de fixação por decreto de diárias em valores específicos para os procuradores do Estado, pleito antigo da carreira. Diante desse instrumento, inexistem impedimentos legais para que o comando da

Instituição inicie de imediato o trabalho para adequação do valor das diárias, compatibilizando esse valor com o que é pago às demais carreiras jurídicas.

– **Criação do vale alimentação/vale-refeição:** na sessão do Conselho realizada em São José do Rio Preto (maio de 2013), a Apesp protocolou ofício pela criação do vale alimentação/vale-refeição para os procuradores. “(...) Tendo em vista que esse benefício está amplamente difundido por toda a Administração estadual, inclusive entre os integrantes das demais carreiras jurídicas essenciais à Justiça; tendo em vista o entendimento consolidado da Procuradoria Geral do Estado sobre o tema desde 1994, no sentido de que a extensão do benefício independe de lei; e tendo em vista que os procuradores do Estado não estão recebendo esse benefício até o momento, a Apesp requer sejam tomadas de imediato todas as providências necessárias para a concessão de benefício alimentar aos procuradores do Estado, sob as formas tanto do vale-alimentação quanto do vale-refeição (...)”

– **Conversão da licença-prêmio em pecúnia:** outro pleito solicitado pela Apesp foi a possibilidade da conversão da licença-prêmio em pecúnia pelos procuradores. A Lei Complementar n. 1.059/2008, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, institui a Participação nos Resultados – PR, e dá providências correlatas, prevê no artigo 43 que os períodos de licenças-prêmio não usufruídas, a que fazem jus os Agentes Fiscais de Rendas em atividade, poderão ser convertidos em pecúnia no momento da aposentadoria ou do falecimento, mediante requerimento. Do mesmo benefício, gozam todos os servidores da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Economia e Planejamento, por meio da Lei Complementar n. 1.079, de 17/12/2008 (art. 14). A PGE SP precisa trabalhar pela implantação de benefício idêntico aos procuradores. Não há motivo para os procuradores ficarem para trás.

– **Ofício referente à cota patronal de contribuição previdenciária:** a Apesp protocolou ofício solicitando informações sobre o referido fundo em sessão do Conselho da PGE.

– **Ofício sobre informações do Fundo de Verba Honorária:** a Apesp protocolou ofício

solicitando informações sobre o referido fundo em sessão do Conselho da PGE.

– **Revisão da resolução da GAE:** a Apesp pleiteou uma revisão da resolução da GAE. A maior polêmica da atual regulamentação é não considerar o nítido caráter indenizatório da GAE por transporte – que não deveria, portanto, estar sujeita ao corte no limite do teto remuneratório constitucional. Para defender o direito dos procuradores, a Apesp tem orientado todos os colegas beneficiários da GAE por transporte a pedir certidão à PGE com relação dos valores devidos e não pagos em razão do abate teto para ajuizamento de ação pertinente.

– **PGENet:** a Apesp protocolou em sessão do Conselho uma representação reivindicando melhorias no sistema PGENet.

– **Criação do NAJ:** a Apesp protocolou em sessão do Conselho uma representação sustentando a inconstitucionalidade do Núcleo de Assuntos Jurídicos (NAJ), no âmbito da Secretaria da Saúde, e requerendo providências do comando da PGE para a extinção do órgão.

– **Procuradores do Estado do RS, PR, MA, MS, DF e AC já estão no teto dos ministros do STF.** A PGE do Rio de Janeiro já tem parecer favorável, mas o teto do STF ainda não foi efetivado para os procuradores fluminenses. Em sessão do Conselho, Apesp pleiteou extensão do entendimento para a PGE SP. Decisão concederia em média um aumento de 10% para os colegas que já estão no teto. O entendimento de adotar o teto dos ministros do STF para os vencimentos dos procuradores estaduais tem como base a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3854/DF, “que definiu como teto para a Magistratura estadual o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ao realizar uma interpretação conforme do art. 37, XI, suprimindo o subteto de 90,25%”. Para a presidente Márcia Semer, o posicionamento adotado em importantes unidades da Federação, tais como RS, PR, MA, MS, DF e AC, avaliza a eliminação do subteto para os procuradores de São Paulo.

– **Melhoria nas condições estruturais da PGE:** em diversas ocasiões, a Apesp pronunciou-se no Conselho da PGE para alertar o comando da Instituição sobre a falta de

estrutura e excesso de trabalho que marcam a vida dos procuradores nas Unidades. No interior, o caso mais emblemático foi a péssima situação do prédio da Seccional de Franca. Na Capital, o mesmo drama foi exposto: especializadas e consultorias também sofrem com excesso de trabalho e falta de estrutura. A Apesp denunciou que: i) as CJs – passados três anos de gestão do atual Gabinete – seguem sem sistema informatizado, que era esperado apenas para o final de 2013; ii) CJ da Segurança Pública exposta à inadequação das instalações de trabalho dos colegas, o problema segue sem solução até o momento; iii) Judicial – os procuradores seguem sem ar condicionado, veem as instalações do órgão completamente pichadas, são diariamente recepcionados por uma

nuvem de insetos na porta da entrada e tudo isso sem falar nas dificuldades decorrentes da falta de estrutura para fazer frente à pouco discutida alteração do perfil do contencioso judicial a partir da instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública; iv) Fiscal – além das instalações obsoletas e insuficientes para a real estruturação do órgão, as grandes dificuldades com a implantação do sistema PGenet na unidade têm dificultado sobremaneira o escoamento do trabalho e mesmo o desenvolvimento de gestão inteligente das bancas. Os procuradores desempenham muitas funções burocráticas, que seriam próprias para o corpo funcional de apoio inexistente, o que lhes toma o tempo que deveria ser dedicado ao efetivo exercício da advocacia tributária.

Atuação na Assembleia Legislativa



Set/2013: audiência pública sobre o PLC 25 na Alesp

Mesmo antes da chegada do PLC 25 na Alesp, a diretoria da Apesp já realizava um intenso trabalho legislativo para expor aos deputados estaduais a rejeição da carreira ao projeto. Com o envio do PLC pelo governador para a Alesp em 02/08/2013, a mobilização se intensificou. Certamente, em 2013 os procuradores do Estado de São Paulo montaram um posto avançado de ações na Assembleia paulista. Conheça os principais eventos:

– **Presidente da Alesp recebe abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas:** em junho de 2013, representantes da diretoria da Apesp, do Sindiproesp e conselheiros eleitos da PGE reuniram-se com o deputado Samuel Moreira para tratar do anteprojeto de LOPGE. O destaque foi a entrega do abaixo-assinado pelo retorno da proposta ao Conselho da PGE, subscrito por mais de 800 procuradores.

– **Com texto retrógrado, PLC 25 recebe 793 emendas propostas pela carreira:** no dia 02/08/2013, um dos episódios mais lamentáveis da história institucional da PGE SP teve o seu desfecho. Depois de uma tramitação antidemocrática e que desrespeitou as atribuições do Conselho da PGE, o anteprojeto de Lei Orgânica foi entregue pelo governador Geraldo Alckmin para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Porém, a chegada do PLC 25 à Assembleia Legislativa apenas encerrou a primeira etapa da mobilização contra o projeto de nova LOPGE. Ato contínuo ao início da tramitação legislativa, os procuradores de Estado – capitaneados pelas entidades de classe – se mobilizaram. A semana entre 05 e 09/08 foi de intenso trabalho na Assembleia Legislativa de São Paulo. A diretoria da Apesp, do Sindiproesp, conselheiros eleitos e vários colegas dedicaram quase a totalidade do tempo à elaboração de emendas e no corpo a corpo com deputados estaduais e lideranças partidárias. O resultado foi excepcional: 793 emendas foram apresentadas ao PLC 25/2013. Infelizmente, o deputado Cauê Macris, relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp – que recebeu em 22/08 uma comitiva de procuradores – não atendeu ao pleito dos procuradores, acolhendo apenas 15 emendas propostas.

– **Sucesso absoluto: 300 procuradores prestigiam audiência pública e dizem NÃO ao PLC 25:** em concorrida audiência pública promovida pela CCJR da Alesp, no dia 17/09/2013, 300 procuradores lotaram o auditório Paulo Kobayashi para dizer NÃO ao projeto que reformula a lei orgânica da PGE. O evento ocorreu após intensa mobilização da Apesp, Sindiproesp e conselheiros eleitos nos gabinetes dos deputados estaduais e nas sessões da CCJR.

– **A pedido da Apesp, o deputado Edmir Chedid retira emenda que instituía o subsídio:** após receber em reunião a diretoria da Apesp, o deputado estadual Edmir Chedid (DEM), autor da emenda que previa subsídio como regime remuneratório para os procuradores do Estado de São Paulo, entendeu os argumentos e acolheu o pleito apresentado de retirada da referida emenda.

– **Colégio de Líderes da Assembleia recebe presidente da Apesp:** em 10/09/2013, a presidente da Apesp Márcia Semer participou da reunião do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa de São Paulo para tratar do PLC 25/2013 (LOPGE). Tendo essa participação decorrido de pedido do deputado Itamar Borges, líder do PMDB na Casa, Semer foi apresentada às demais lideranças pelo presidente da Alesp, o deputado Samuel Moreira (PSDB) e pelo líder do governo, deputado Barros Munhoz. Semer pode, então, explicitar alguns episódios que nortearam todo o processo de tramitação interna do projeto e seus principais problemas de conteúdo.

– **2ª audiência pública foi adiada pela CCJR, mas a mobilização pelo NÃO ao PLC 25 foi fortalecida** – procuradores de todas as idades: dos aposentados aos níveis iniciais da carreira; representantes das entidades de classe – da Apesp e do Sindiproesp (incluindo seus ex-presidentes); conselheiros, ex-conselheiros eleitos da PGE e de ex-corregedor geral da PGE. Uma comitiva representativa de procuradores do Estado, que mesmo com o adiamento da audiência pública agendada para 02/10/2013, fez questão de comparecer à Assembleia para dizer NÃO ao PLC 25.

– **Líder do Governo Barros Munhoz recebe procuradores:** o líder do Governo Barros Munhoz (PSDB) de forma muito solícita recebeu no dia 02/10/2013 em audiência de mais de uma hora a comitiva de procuradores que puderam externar toda a sua rejeição ao PLC 25. O deputado afirmou estar assombrado com a situação de conflagração da carreira: “Sinceramente, em 37 anos de carreira pública, nunca vi algo assim”. Lembrou que exerceu vários cargos públicos no Executivo (secretário de Estado e ministro) e nunca levou à frente uma proposta que desagradasse 90% de uma categoria. Afiançou já ter levado ao governador Geraldo Alckmin o quão problemático é o PLC 25. Questionado sobre a audiência reservada entre o PGE e os deputados, Munhoz destacou ter sido essa a única forma de fazer com que o dr. Elival comparecesse à Alesp e falasse aos deputados sobre o PLC 25.

– **Presidente da Alesp designa relator especial para o PLC 25:** o presidente da Alesp Samuel Moreira, rompendo o compromisso assumido com os procuradores do Estado de São Paulo na porta do Colégio de Líderes em 16/10/2013, designou como relator especial do PLC 25 o deputado Carlos Cezar (PSB). O ato repercutiu diretamente na reunião ordinária da CCJR de 30/10, que contou novamente com uma plateia repleta de procuradores. O deputado Fernando Capez (PSDB) considerou a nomeação do relator especial – e a consequente quebra do acordo – como uma afronta às competências da CCJR. A sua manifestação foi acompanhada pelos deputados Geraldo Cruz (PT), Antonio Mentor (PT), José Bittencourt (PSD) e Marco Aurélio (PT). Os referidos deputados se retiraram da sessão, dirigindo-se à sala da Presidência da Casa para cobrar a retirada da designação do relator especial. Com a saída dos deputados, a sessão da CCJR “caiu”, gerando a obstrução da pauta da Comissão.

– **Governador pede regime de urgência para o PLC 25:** em 07/11/2013, o governador Alckmin solicitou que o projeto de LOPGE passasse a tramitar em regime de urgência. Apesp conclamou procuradores a comparecerem em massa na Alesp em 12/11/2013.

Atuação no Congresso Nacional



Set/2013: comitiva de procuradores de São Paulo no Congresso Nacional

– **Mobilização nacional advogados públicos lotam o auditório no Senado em movimento pela autonomia:** em setembro de 2013, cerca de 800 advogados públicos – das esferas municipal, estadual e federal – lotaram o Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, para prestigiar o Movimento Nacional pela Advocacia Pública – Autonomia para Defender o que é do Povo Brasileiro. A delegação do Estado de São Paulo foi representada por 25 procuradores – entre diretores da Apesp, conselheiros eleitos, colegas do Interior e de Brasília, das Unidades da capital e aposentados. “A nossa comitiva foi bem heterogênea e representativa, mostrando que a carreira apoia uma Advocacia Pública que se molda pela independência e pela autonomia”, defendeu Márcia Semer, presidente da Apesp. A mesa de trabalho do evento foi formada pelos presidentes das entidades integrantes do Movimento Nacional pela Advocacia Pública, que se alternaram para discursar em prol da causa. O momento mais importante foi a audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, que recebeu dos representantes dos advogados públicos a “Carta de Brasília – Pela instalação da Comissão Especial para apreciação da PEC 82”. No entanto, o grupo foi surpreendido pelo presidente da Câmara, que já tinha em mãos o ato da Presidência que cria a comissão.

– **Apesp mantém acompanhamento constante das PECs e PLs de interesse da Advocacia Pública:** veja a seguir uma lista com as principais propostas de emenda à Constituição e projetos de lei que a diretoria da Apesp vem acompanhando no Congresso Nacional, em parceria com a Anape. Destacamos a PEC 05/2011 (Senado Federal), conseguida pela Apesp,

e idêntica à PEC 210/2007 (em tramitação na Câmara dos Deputados), que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos advogados públicos, defensores, membros do Ministério Público e da magistratura e o PL 8.046/2010, reforma do Código de Processo Civil (em tramitação na Câmara dos Deputados). O estágio da tramitação está atualizado até o fechamento da edição.

Câmara dos Deputados – PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PECs): PEC 82/2007 – Atribui autonomia funcional aos membros da Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria das Autarquias, Procuradorias dos Estados e Defensoria Pública. Autor: ex-deputado Flávio Dino (PC do B-MA). A Comissão Especial foi instalada em 30/10/2013; PEC 443/2009 – Estabelece subteto remuneratório para membros da AGU e da Defensoria Pública equivalente a 90,25% da remuneração dos ministros do STF. Autor: deputado Bonifácio de Andrada. (PSDB-MG). Situação: proposição sujeita à apreciação do Plenário; PEC 452/2009 – Reestrutura e fortalece a Advocacia Pública. Autor: deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). Situação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário; PEC 210/2007 – Restabelece o adicional por tempo de serviço para as carreiras típicas de Estado. Autor: ex-deputado Régis de Oliveira (PSC-SP). Situação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário. **PROJETOS DE LEI (PLs):** PL 8.046/2010 – Reforma do Código de Processo Civil. Autor: Senado Federal. Situação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Senado Federal – PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PECs): PEC 68/2011 – Restabelece o adicional por tempo de serviço, como componente da remuneração das carreiras típicas de Estado. Autor: senador Humberto Costa (PT-PE). Situação: tramita em conjunto com as PECs 2 e 5/2011 (conseguida pela Apesp) e aguarda votação de substitutivo oferecido pelo relator, senador Gim Argello (PTB – DF), na Comissão de Constituição e Justiça.

Atuação perante o Executivo

– Em maio de 2012, a diretoria da Apesp manteve uma audiência com o então secretário da Casa Civil Sidney Beraldo para tratar – dentre outros temas – do anteprojeto de LOPGE e do projeto que criou dois cargos de advogados para o TJSP (posteriormente transformado na Lei estadual n. 14.783/2012 de São Paulo). Em 2013, a Apesp encaminhou ao secretário da Casa Civil Edson Aparecido, ao assessor especial do governador

Orlando Batista e ao secretário João Carlos Meirelles, assessor especial de Assuntos Estratégicos, após a conversa que manteve no mês de fevereiro com essas autoridades e, a pedido, as minutas elaboradas pela entidade sobre carreira de apoio e alteração do regramento das diárias. Os projetos inspiraram-se no modelo adotado pelas demais carreiras jurídicas estaduais e podem ser acessados no site da Apesp (www.apesp.org.br).

Gestão ampliada

A atual gestão da Apesp continuou a fomentar a participação dos representantes da Associação nas Unidades, realizando diversas e produtivas reuniões. Ademais, a diretoria realizou

visitas às Unidades especializadas (Judicial, Fiscal e PPI) e CJs da Capital, PR de Santos, PR de Taubaté, PR de Campinas e Seccional de Jundiaí.

Ações judiciais

– **Apesp e Sindiproesp solicitam admissão, como amici curiae, em duas repercussões gerais no STF:** Apesp e o Sindiproesp entraram conjuntamente com pedido para que sejam admitidos como amici curiae em duas repercussões gerais pendentes de decisão no STF. A primeira diz respeito ao tema 359, referente à incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos/vencimentos e pensão. A segunda refere-se ao tema 377, que cuida da incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos.

– **Anape ajuíza ADI em defesa das atribuições da PGE:** a Anape, por iniciativa e solicitação da Apesp, ingressou com ADI em que pleiteia a declaração de inconstitucionalidade da Lei estadual n. 14.783/2012 de São Paulo, que cria dois cargos de advogado para o Tribunal de Justiça do Estado. Segundo a Anape, a lei é incompatível com o *caput* do artigo 132 da Constituição da República,

que atribui aos procuradores, admitidos mediante concurso público, a representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas. Para os procuradores estaduais, a lei paulista usurpa diretamente suas “prerrogativas e atribuições conferidas constitucionalmente como exclusivas” e instituiu “uma verdadeira estrutura paralela de representação judicial e extrajudicial” do TJSP, “em detrimento dos verdadeiros legitimados para tais funções”.

– **MS coletivo garante aos procuradores desvinculação administrativa do IAMSPE:** por meio de um mandado de segurança coletivo, a Apesp garantiu aos procuradores do Estado de São Paulo a possibilidade de desvinculação administrativa do pagamento da contribuição ao IAMSPE. Informamos que a Apesp está à disposição dos associados interessados para promover a protocolização dos pedidos administrativos de desligamento do Iamspe.

Serviços e benefícios para os associados

– **Cartilhas com orientações:** a diretoria de previdência e convênios da Apesp preparou duas cartilhas aos associados: uma contendo orientações aos aposentados e outra com orientações dirigidas aos parentes de associados falecidos.

O material está disponível na íntegra no site www.apesp.org.br, na seção “Benefícios”.

– **Assessoria para fins de licença saúde:** a Apesp disponibilizou um novo serviço aos seus associados. Trata-se de assessoria jurídico-

-administrativa para orientação e acompanhamento dos pedidos de licença saúde. A iniciativa levou em consideração a demanda crescente e as dificuldades com agendamento das datas para a realização de perícias, cuja demora tem provocado gravames aos colegas.

– **Convênios para financiamentos e empréstimos bancários:** a Apesp celebrou convênios com o Banco do Brasil visando à concessão de Crédito Imobiliário – Financiamento à Aquisição – Pessoa Física e com a Caixa Econômica Federal tendo por objeto a concessão de empréstimo com garantia real imobiliária para utilização de forma livre, por meio da linha de Crédito Aporte Caixa.

– **Reuniões com a SPPREV:** a Apesp entabulou algumas reuniões com o dr. José Roberto de Moraes, diretor vice-presidente no exercício da Presidência da São Paulo Previdência – SP-Prev, visando ao esclarecimento de algumas questões que vêm preocupando os associados. Entre os temas tratados, destacam-se: i) moléstia incapacitante; ii) recenseamento e monitoramento dos beneficiários da SPPrev; iii) devolução de valores recebidos indevidamente; iv) demonstrativo de cálculos; v) verba honorária proporcionalizada dos pensionistas.

– **Lei Complementar nº 1.113/2010:** após a divulgação feita pela Apesp, contendo alerta aos colegas aposentados, que ocuparam cargo de procurador do Estado chefe ou procurador do Estado assistente, sobre o direito à incorporação da Gratificação de Função, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 1.113/2010, a diretoria reuniu-se com a diretora do Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (CRH-PGE) e, no intuito de garantir o benefício a todos os que tenham esse direito, ficou estabelecido que: 1) O CRH faria a identificação de todos os procuradores aposentados que no curso de sua vida funcional ocuparam os cargos acima referidos; 2) O CRH, na sequência, analisaria cada uma das situações funcionais, promovendo o apostilamento da Gratificação de Função em conformidade com a nova legislação, nos casos devidos; 3) a Apesp acompanharia esse trabalho auxiliando o CRH no que for preciso.

– **Dia de vacinação contra a gripe na Apesp foi um sucesso:** objetivo do convênio com a CAASP foi proporcionar maior comodidade aos

procuradores e familiares. Durante todo o dia 22/04/2013, a sede da Apesp na Líbero Badaró tornou-se um posto de vacinação contra a gripe. O atendimento das equipes de imunização da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP) começou logo pela manhã e, ao longo do dia, vacinou dezenas de procuradores associados, além de dependentes e agregados. Os funcionários da Apesp também foram imunizados e o dia todo transcorreu com um alegre entra e sai de colegas.

– **Apesp promove reunião para esclarecimentos sobre planos de saúde à carreira:** em agosto de 2013, a Apesp realizou uma reunião aberta para esclarecer acerca da situação da saúde complementar no Brasil e orientar os procuradores acerca dos planos de saúde atualmente disponibilizados pela Apesp (Unimed Paulistana e SulAmérica), bem como divulgar as novas opções, quais sejam: Unimed Seguros Saúde, Golden Cross e Amil. O encontro contou com a participação do advogado da Apesp especialista na área, Marcos de Almeida, e do consultor em relacionamentos com entidades da Qualicorp, Leonardo Porto. O representante da Qualicorp iniciou a apresentação, abordando os seguintes temas: i) situação atual da saúde suplementar no Brasil, destacando que são atendidas por esse sistema, cerca de 47,9 milhões de pessoas, informando ainda que os gastos maiores com saúde, conforme tendência mundial, começam a ocorrer na faixa de 45/50 anos; ii) apresentação da Qualicorp e o sistema *pool* de entidades (guarda-chuva), quando salientou que como administradora de planos por adesão, hoje a Qualicorp conta com cerca de 470 entidades de classe; iii) apresentou um panorama sobre o contrato mantido com a Apesp, e destacou que atualmente 41,7% dos beneficiários encontram-se na faixa acima de 59 anos de idade; IV) apresentou o contrato, preços, planos, rede credenciada e coberturas do plano Lincx (que vem sendo utilizado pelo Ministério Público), cuja contratação ocorre por meio da Amil – como uma nova opção para os associados da Apesp. A participação do dr. Marcos, quer esclarecendo pontos da apresentação da Qualicorp, quer prestando esclarecimentos jurídicos e contratuais sobre os planos de saúde em todas as intervenções e dúvidas suscitadas pelos associados presentes,

foi muito profícua. Posteriormente, a Apesp disponibilizou todas as tabelas de valores: dos convênios até então mantidos (SulAmérica e Unimed Paulistana) e dos novos (Golden Cross, Unimed Seguros e Amil/Lincx), além dos links para consulta às respectivas redes credenciadas, para que todos os associados possam comparar e tomar suas decisões. Também foi divulgado o prazo para o eventual exercício da portabilidade.

– **Regime previdenciário dos novos procuradores:** a Apesp vem mantendo contato com os colegas procuradores do Estado associados que ingressaram recentemente na Procuradoria Geral do Estado, ou seja, após a vigência da Lei n. 14.653/2011, especialmente àqueles que já integravam os quadros da Administração Pública anteriormente à vigência da lei, no que tange à questão da obrigatoriedade ou não de esses procuradores se filiarem ao regime da previdência complementar, tendo em vista o enquadramento assim providenciado pela Diretoria de Recursos Humanos da PGE. O pedido administrativo, que foi formulado por esses procuradores em 21/03/2013 tomou o n. SPdoc 33461/2013, e há pouco tempo o assunto foi objeto de parecer da Procuradoria Administrativa, encontrando-se no Gabinete da Procuradoria Geral do Estado, para aprovação ou não do mencionado parecer. Ademais dessa ação, a Apesp vinha também acompanhando a ação coletiva ajuizada em 02/08/2013 pela Anauni – Associação Nacional dos Advogados da União perante a Justiça Federal, visando assegurar a permanência dos ex-ocupantes de cargos públicos estaduais, municipais ou distritais no regime próprio da previdência, desde que não tivesse ocorrido solução de continuidade entre o exercício dos cargos. A ação se processa perante a 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito

Federal (Autos 2311.69.2013.4.01.3400) tendo sido negado o pedido de tutela antecipada formulado. A Anauni havia interposto agravo de instrumento que acaba de ser conhecido pelo Tribunal. Foi revista a decisão de primeira instância, para deferir o pedido de tutela antecipada, suspendendo-se os efeitos do § 8º do artigo 3º da Lei n. 12.618/2012. A Apesp está atenta a todos os desdobramentos da questão de interesse dos novos procuradores de São Paulo, cobrando inclusive em sessões do Conselho a divulgação do parecer PA sobre o tema.

– **Aumento do valor disponibilizado para defesa em processo administrativo disciplinar e sindicâncias:** com o objetivo de auxiliar os colegas com a sua ampla defesa, a diretoria da Apesp definiu o aumento do valor disponibilizado para defesa em processo administrativo disciplinar, que passou de R\$ 5 mil para até R\$ 10 mil. No caso de sindicâncias, o valor é de até R\$5 mil. Em ambos os casos, há necessidade de apresentação dos respectivos recibos.

– **Convênios com a Apamagis:** a Apesp celebrou três convênios com a Apamagis para estender aos procuradores associados benefícios oferecidos à magistratura paulista. O destaque é o acordo que estabelece a utilização das colônias de lazer da Apamagis no Guarujá, Campos do Jordão e Ibirá – excetuados os meses de alta temporada (janeiro, julho e dezembro), bem como feriados prolongados. O segundo convênio possibilita a utilização, mediante locação, dos dois salões de festas localizados na sede social da Apamagis (Rua Dom Diniz, 29, Jardim Luzitânia). Por fim, os associados que estiverem no centro de São Paulo e quiserem utilizar o restaurante da sede administrativa da Apamagis (Rua Tabatinguera, 140, sobreloja, Centro) contam agora com mais essa praticidade!

Comunicação

A atual gestão manteve os meios informativos da Apesp (“Jornal do Procurador”, “A Esp em Movimento”, “Informativo Jurídico”, “Notícias do Conselho”, “A Esp no Legislativo”, “Acontece na Apesp” e “Comunicados”), bem como imprimiu um maior dinamismo ao site da

entidade e aprimorou a utilização das redes sociais (twitter e facebook). O Jornal do Procurador tem tido um papel importante na divulgação da luta da categoria contra o PLC 25, sendo enviado para todos os deputados estaduais e secretários de Estado (entre outras autoridades).

Ainda com relação ao PLC 25, a Apesp preparou uma cartilha informativa listando os principais pontos danosos da proposta e também com uma síntese de sua tramitação antidemocrática.

– **Programa Argumento:** a exibição dos programas foi mantida na TV Justiça, por meio de programas inéditos e reprises.

– **Site da Apesp cria página destinada aos associados aposentados:** no site www.apesp.org.br (no menu esquerdo da página inicial), foi criada a entrada “aposentados”, com o propósito

de possibilitar aos colegas aposentados e às associadas pensionistas da Apesp encontrarem de uma forma mais direta as informações de seu interesse.

– **Exposição na mídia:** a mobilização pelo NÃO ao PLC 25 foi amplamente divulgada pela mídia. O tema foi alvo de reportagens no Estadão e na Folha; na rádio CBN; na revista Carta Capital; nas TVs Record News, Gazeta, Estadão. Além disso, ganhou grande repercussão em sites especializados, tais como: Conjur, Migalhas, Última Instância etc.

Banda podre: notas de repúdio

Em entrevista ao jornalista Fausto Macedo, do jornal O Estado de S. Paulo, em 13/06/2013, o procurador geral Elival da Silva Ramos mencionou que cortou uma banda podre na PGE SP. A declaração constrangeu e ofendeu os procuradores de São Paulo. De pronto, Apesp e Anape apresentaram moções de repúdio, que foram lidas em sessão do Conselho da PGE.

Ato contínuo, a Apesp ainda entregou ao presidente da OAB SP Marcos da Costa pedido formal de desagravo dos procuradores do Estado de São Paulo. Houve moções de repúdio da Apesp e da Anape. Vale destacar que posteriormente o Sindiproesp e os conselheiros eleitos divulgaram moções no mesmo sentido.

Lazer e Cultura



A Apesp promoveu nos últimos dois anos diversos happy hours, festas em homenagem aos novos procuradores, eventos de lançamento de livros de associados, festas juninas e em comemoração ao dia das crianças, visitas monitoradas, encontro de procuradores, tardes musicais e festas de final de ano. Conheça alguns destaques:

– **Visitas monitoradas:** exposição “Corpos Presentes”, de Antony Gormley, no CCBB; Memorial da América Latina; exposição “Teimosia da Imaginação – Dez artistas brasileiros”, no Instituto Tomie Ohtake;



exposição “Alberto Giacometti: Coleção da Fondation Alberto et Annette Giacometti, Paris”, na Pinacoteca; Museu de Arte Sacra de São Paulo; exposição “90 anos depois – A Semana de Arte Moderna”, no Palácio dos Bandeirantes; exposição “Caravaggio e seus seguidores”; exposição “Impressionismo: Paris e a Modernidade – Obras-Primas do Museu d’Orsay”; exposição “Moda no Brasil: criadores contemporâneos e memória”; exposição “Esplendores do Vaticano: uma jornada através da fé e da arte”, na OCA; exposição “Artes Visuais – experiência e transformação – Acervo MAB/FAAP”;

exposição “Mestres do Renascimento – Obras-primas Italianas”, no CCBB-SP; exposição Cai Guo-Qiang – Da Vincis do Povo (Peasant da Vincis), no CCBB; visita à nova sede do Museu de Arte Contemporânea da USP; exposição “A Arte dos Quimonos e as Gravuras Japonesas do Acervo Artístico dos Palácios”, no Palácio dos Bandeirantes; exposição “Arte no Brasil: uma história do Modernismo na Pinacoteca de São Paulo”, na Estação Pinacoteca; exposição “Vermeer – Mulher de azul lendo uma carta”, no MASP; exposição “Tomie Ohtake – Correspondências”.

– **Galeria de ex-presidentes:** em cerimônia singela e intimista, mas marcada por clima de agradável confraternização, muita recordação e forte emoção, foram solenemente inauguradas no Espaço Apesp, no ano de 2012, as fotos dos últimos seis presidentes da Apesp: Amílcar Aquino Navarro (Biênio 1996/1998); Nelson Lopes de Oliveira Júnior (Biênios 1998/2000 e 2000/2002); José Damiano de Lima Trindade (Biênios 2002/2004 e 2004/2006); Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo (Biênio 2006/2007); Zelmo Denari (Biênio 2007/2008); Ivan de Castro Duarte Martins (Biênio 2008/2010).

– **Encontros Estaduais:** junho de 2012 – o XX Encontro Estadual de Procuradores ocorreu em Águas de Lindóia, no hotel Villa di Mantova Resort Hotel; novembro de 2012 – o XXI Encontro Estadual de Procuradores do Estado ocorreu em Maresias, no Beach Hotel Maresias; junho de 2013 – XXII Encontro Estadual foi novamente – a pedido de vários associados – no hotel Villa di Mantova Resort Hotel, em Águas de Lindóia.

– **Festa de final de ano:** em 2012, a festa de final de ano foi realizada no Clube Monte Líbano, tendo como atração principal um ícone do rock-pop brasileiro, Lulu Santos. Em 2013, a confraternização dos procuradores ocorreu na Vila dos Ipês, com um show de Gilberto Gil.

– **Tardes musicais:** as tardes musicais na Apesp já se tornaram uma tradição (ocorrem normalmente na 2ª quinta-feira do mês). O destaque foi a realizada em outubro de 2012, que foi bastante especial – com um bom bate-papo, muita música e excelente poesia. O evento foi iniciado com uma roda de conversa com a gerontóloga Eva Bettine de Almeida, formada pela USP, tendo como tema central “Como viver bem nos anos que ganhamos da vida”. Os presentes –

colegas aposentados e associadas pensionistas – puderam conversar sobre as novas demandas da vida moderna, os potenciais e a criatividade humana, os desafios e incertezas, os limites e as dificuldades que se criam, as pequenas vaidades e os relacionamentos vivenciados. Logo após, ocorreu a apresentação do grupo “Cia La Mariquita”, com o projeto “Canções poéticas”, que busca integrar literatura e música. A apresentação uniu o trabalho de dois importantes artistas mineiros: Adélia Prado e Milton Nascimento. Um tarde musical nesse formato foi realizada também na PR de Santos.

– **Missa de Natal da Apesp:** em 2012 e 2013 a tradicional Missa de Natal da Apesp foi realizada no Mosteiro de São Bento, com apresentação do grupo “Violinos de São Paulo”. Logo após, foi oferecido um coquetel na sede da Apesp.

– **Happy hour em homenagem à colega Mônica Serrano, nomeada desembargadora do TJ SP:** em outubro de 2013, foi realizado um happy hour em homenagem à procuradora do Estado Mônica Serrano, que foi nomeada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo pelo quinto constitucional da advocacia.

– **Jantar em homenagem à colega Márcia Machado:** em setembro de 2013 a Apesp promoveu um jantar em homenagem à procuradora Márcia Machado, que recentemente deixou a chefia da Assessoria Técnica-Legislativa (ATL). – **Ioga na Apesp:** a prática da ioga oferecida pela Apesp aos seus associados foi retomada em 2013.

– **Happy hour comemora Dia Estadual do Advogado Público na Apesp:** em 15/04/2013, a Apesp promoveu um happy hour em comemoração ao Dia Estadual do Advogado Público – que foi celebrado em 14 de abril.

– **Homenagem aos colegas aposentados:** com um abraço de agradecimento. Foi assim que perto de trezentos presentes – entre colegas procuradores, familiares e amigos – no jantar promovido pela Apesp na noite de 25/04/2013 prestaram uma homenagem aos procuradores associados que se aposentaram entre outubro de 2011 e março de 2013. O “abraço” real da carreira aos homenageados foi simbolizado no momento mais emocionante da cerimônia, quando a presidente da Apesp Márcia Semer e a diretora cultural e social Marcia Zanotti entregaram para cada procurador

homenageado uma bela obra da artista plástica Erli Fantini, representando um “abraço”.

– **Curso de degustação de vinhos:** em 2013, a Apesp realizou um novo curso de degustação de vinhos para iniciantes, ministrado por Aguinaldo Zácia Albert. O curso neste ano abordou a

produção de vinhos em países do “Novo Mundo”. “Alguns países não europeus produtores de vinho vêm obtendo merecido destaque perante a crítica internacional e o público consumidor. O encerramento do curso foi no Restaurante Rosmarino, em Pinheiros.

Esportes



Ago/2013: I Aberto de Tênis da APESP

No último biênio, as atividades esportivas foram muito desenvolvidas pela Apesp. Durante os encontros estaduais de procuradores,

foram promovidos torneios de tênis, partidas de futebol e vôlei – dentre outras práticas. Em 2012, a Apesp patrocinou a participação de seus associados na 17ª Corrida do Centro Histórico de São Paulo. Em 2013, o mês de agosto foi agitado para os procuradores atletas. O “I Aberto de Tênis da APESP”, realizado nos dias 03 e 04/08, e a “18ª Corrida do Centro Histórico”, em 11/08, foram prestigiados por um bom número de colegas, que puderam se dedicar à atividade física preferida e se divertir no ambiente saudável e fraterno que a prática esportiva proporciona.

Apoio e participação nos Congressos Nacionais de Procuradores

Por entender que os Congressos Nacionais promovidos pela Anape são um foro de integração nacional, com o objetivo de discutir os melhores caminhos para uma eficaz defesa do Estado e as melhores estratégias para o engrandecimento de toda a Advocacia Pública,

a Apesp fomenta a participação dos procuradores de São Paulo. Dessa maneira, a diretoria esteve presente nos Congressos de 2012, em Foz do Iguaçu (PR), e 2013, em Porto de Galinhas, subsidiando também (por meio de sorteio) a participação de associados.

Interação com outras entidades

– Em setembro de 2012, a Apesp participou do Congresso Estadual da Advocacia Pública, no Salão Nobre da Ordem Paulista. O evento, promovido pela Comissão da Advocacia Pública da OAB SP, teve o apoio das seguintes entidades: Apesp, ANAJUR, ANPPREV, APMSP, ANPM, Anauni, Unafe, Comissão Nacional da Advocacia Pública (CFOAB) e Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. A presidente da Apesp Márcia Semer foi debatedora na conferência “Honorários Advocatícios – Direito do

Advogado Público”, que teve como expositor o advogado Wagner Balera.

– Em outubro de 2012, em agradável almoço, a Apesp reuniu em sua sede administrativa representantes de entidades de classe das carreiras típicas do Estado de São Paulo: Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Fiscais de Renda e Delegados de Polícia. A presidente Márcia Semer deu boas-vindas a todos, consignando a importância da união entre tais segmentos do funcionalismo paulista.

– Em novembro de 2012, a Apesp se reuniu com o presidente da Comissão da Advocacia Pública da OAB SP, Jorge Eluf Neto, e com o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OABSP, Antonio Ruiz Filho, em encontro que durou cerca de uma hora. O objetivo da reunião foi estreitar relações com a Comissão de Prerrogativas, sendo que a oportunidade serviu para que a diretoria reportasse à OAB temas afetos às prerrogativas dos procuradores do Estado de São Paulo que vêm preocupando a Apesp, bem como propor e estabelecer mecanismos de defesa específico das prerrogativas dos advogados públicos no âmbito da Comissão de Prerrogativas. A reunião foi muito profícua e a expectativa de ambas as partes é a promoção de um trabalho conjunto em defesa dos procuradores do Estado e demais advogados públicos, em todas as situações em que suas prerrogativas estejam sendo aviltadas.

– Em fevereiro de 2013, a diretoria da Apesp visitou o presidente da OAB SP Marcos da Costa. No encontro foram discutidos diversos temas da pauta da Advocacia Pública e dos procuradores do Estado em especial, sendo que na oportunidade a presidente da Apesp recebeu diretamente das mãos do presidente da Ordem paulista convite para a posse solene das diretorias da OAB SP e da CAASP (gestão 2013/2015), ocorrida em março, no Palácio das Convenções do Anhembi. Ao final da reunião, a diretoria da Apesp teve ainda a oportunidade de encontrar e cumprimentar os integrantes da comissão nomeada pelo presidente Marcos da Costa para emitir parecer sobre o discutido projeto de Lei Orgânica da PGE, dentre os quais nosso colega professor José Afonso da Silva,

que chegavam para audiência de entrega do relatório final ao presidente da OAB SP.

– Em novembro de 2013, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (Praça da Sé, 385 – Centro – São Paulo), foi promovido o seminário “25 Anos da Constituição Cidadã”, em parceria com as seguintes entidades representativas da advocacia: OAB SP, Apesp, AASP, IASP, AATSP, APMSP e Abracrim. O evento, organizado pelo procurador do Estado e diretor da CAASP Jorge Eluf Neto, teve a participação como palestrantes dos procuradores do Estado Marcelo Bonício, Flávia Piovesan, Márcia Semer (presidente da Apesp) e José Afonso da Silva – que teve atuação fundamental na elaboração da Constituição Federal brasileira de 1988.

– Em novembro de 2013, no Salão Nobre da Ordem (Praça da Sé, 385), a Comissão da Advocacia Pública da OAB SP promoveu o “III Congresso Estadual da Advocacia Pública”. Participaram dos debates advogados públicos das três esferas do Estado: municipal, estadual e federal. Os procuradores do Estado estiveram representados por Anna Carla Agazzi, presidente da Comissão da Advocacia Pública; Marcus Vinicius Armani Alves, 1º vice-presidente da Comissão da Advocacia Pública; o procurador autárquico José Nuzzi Neto, 1º secretário da Comissão da Advocacia Pública; Fabrizio de Lima Pieroni, José Luiz Souza de Moraes, Luiz Henrique Tamaki, Mara Christina Faiwchow Estefam e Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes, membros efetivos da Comissão da Advocacia Pública; Jorge Eluf Neto, diretor da CAASP; Márcia Semer, presidente da Apesp; e Marcello Terto e Silva, presidente da Anape.

Interação com a sociedade civil

Consocial

A Apesp, representada por sua vice-presidente Tânia Lotto, teve uma efetiva participação na Comissão Organizadora Estadual (COE) da Consocial. No Estado de São Paulo, ocorreram 121 etapas preparatórias da Conferência Estadual, contando com a participação de 151 municípios. Dessas conferências, 11 haviam sido convocadas pela sociedade civil e 110 pelo Poder Público. Consideradas as 48 regiões de governo do Estado,

43 realizaram suas conferências, o que abrangeu 97% da população paulista. A presidência da Consocial em São Paulo foi do corregedor geral da Administração do Estado de São Paulo Gustavo Ungaro. Naquelas etapas foram extraídas 1.828 diretrizes/propostas, as quais foram encaminhadas à COE, e por ela sistematizadas e distribuídas pelos quatro eixos temáticos: I – promoção da transparência pública e acesso à informação e dados públicos;

II – mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; III – a atuação dos conselhos de políticas públicas e IV – diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção. Da sistematização resultaram 855 propostas/diretrizes. Também foi realizada e encerrada a etapa virtual paulista, tendo sido apresentadas 440 propostas que já haviam sido sistematizadas pela COE e priorizadas, na etapa estadual, 20 diretrizes/propostas. No âmbito nacional, foram aprovadas 80 diretrizes/propostas, contemplando, no ver dos delegados paulistas que dela participaram, a sociedade de maneira satisfatória (a íntegra pode ser acessada no site da Consocial e da CGU). Ademais, como resultado da realização da Consocial, em suas etapas municipal e estadual, instalou-se em São Paulo – Capital o Fórum Municipal de Transparência, estando em vias de instalação o Fórum Estadual de Transparência e Controle Social.

Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)

A Apesp, também representada pela vice-presidente Tânia Lotto, integra a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS), que é constituída por organizações da sociedade civil e indivíduos que atuam para ampliar a

transparência do Poder Público, bem como para estimular a sociedade a participar e a exercer o controle social dos recursos e das políticas públicas. Entre os principais pontos de atuação da RETPS, destacam-se a Lei de Acesso à Informação, transparência orçamentária, dados abertos, Parceria para Governo Aberto, ferramentas digitais para auxiliar o cidadão e propostas priorizadas na 1ª Conferência Nacional de Transparência e Controle Social – CONSOCIAL.

Em maio de 2013, a Apesp abrigou a mesa de diálogo “Um ano da Lei de Acesso à Informação: balanço dos avanços e desafios” promovido pela Rede pela Transparência e Participação Social. O evento foi um sucesso e contou com a presença de procuradores e representantes de diversos setores da sociedade civil. Ainda por meio da Rede, a Apesp participou das seguintes ações: i) audiência pública para discussão de minuta de criação do Conselho Municipal de Transparência da Capital; 2) debate sobre Conselhos Municipais de Transparência, com ênfase no modelo do Conselho de Londrina; 3) encontro “Diálogos Governo e Sociedade Civil – OGP”, realizado em Brasília, que reuniu organizações da sociedade civil e representantes da administração federal, que elaborou propostas de compromissos para o novo Plano de Ação Brasileiro sobre Governo Aberto.